

## **Sustentabilidade e financiamento dos periódicos de Saúde Coletiva**

Marcia Furquim de Almeida\*

I Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Departamento de Epidemiologia. São Paulo, SP, Brasil

Moisés Goldbaum\*

II Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina. Departamento de Medicina Preventiva. São Paulo, SP, Brasil

\*Editores Científicos da Revista Brasileira de Epidemiologia

Discorrer sobre sustentabilidade e financiamento de periódicos é tratar de dois conceitos de forma interindependente, considerando que ambos se articulam de modo indissociável. Entendendo a sustentabilidade como um complexo de ações voltadas para suportar atividades em desenvolvimento, bem como garantir sua plena continuidade pode ser entendida como formas pelas quais ações humanas provêm elementos para garantir as conquistas alcançadas e buscar com que novas conquistas possam ser efetivadas sem trazer prejuízo para o futuro da humanidade. Para tanto, é necessário, ao lado de um correto e adequado planejamento, que se possa contar com recursos financeiros de apoio às atividades em implementação.

No caso dos periódicos científicos, sua sustentabilidade implica ações que exigem recursos financeiros para sua efetiva operacionalidade, em especial no seu processo administrativo, bem como no processo de avaliação do mérito das submissões e, especialmente, sua editoração. Entretanto, não obstante necessário, o financiamento, em si, não é suficiente e depende de estruturas e de estabelecimento de iniciativas políticas para o alcance dos objetivos editoriais. Com efeito, é imprescindível que políticas públicas de ciência e tecnologia sejam definidas e contemplem explicitamente no seu interior a fixação e o claro estabelecimento de infrapolíticas de apoio aos programas nacionais de publicação científica. A isto se associa a existência de bases de indexação que possam contemplar, especialmente, as produções de caráter regional, considerando que as decorrentes do “primeiro mundo” já delas dispõem.

Cabe ressaltar, de imediato, a existência do SciELO, a qual pode ser considerada uma conquista da comunidade científica latino-americana, e particularmente da brasileira. Como é reconhecido por todos, constitui-se em importante base de indexação, que no momento de sua inicial implantação permitiu a seguinte expressão reafirmando sua inequívoca importância: *“A literatura científica da corrente principal (periódicos que estão indexados no Instituto para Informação Científica, ISI) não reflete adequadamente a comunidade de pesquisadores, nem a produtividade nacional de países em desenvolvimento. Penso que isso é uma assertiva sobre a qual a maioria dos cientistas de países em desenvolvimento concordaria; mesmo aqueles que normalmente publicam em periódicos da corrente principal. Vários estudos já foram feitos sobre esse tema, mas uma ferramenta importante para medir a validade desta assertiva estava ainda faltando: uma base de dados dedicada à literatura científica excluída da literatura da corrente principal”*.<sup>1</sup>

Feitas estas sintéticas observações sobre sustentabilidade e financiamento no campo da política editorial e destacado uma das estruturas que compõem este complexo, especificamente o SciELO, pretende-se neste artigo, ainda que preliminarmente, procurar entender como se dá e se encontra o financiamento e a sustentabilidade dos periódicos brasileiros, com destaque para os periódicos indexados na Coleção SciELO Saúde Pública.

A produção científica brasileira cresceu significativamente nas últimas décadas, particularmente e em boa parte, por conta do sistema de pós-graduação estrito senso, considerado que é um dos grandes sucessos da política educacional e de ciência e tecnologia no Brasil. A crescente formação de mestres e doutores é evidenciado em recente artigo<sup>2</sup>, cujo relato é transcrito: *“O número de titulações após 1990 aumentou, particularmente de doutores. No ano de 2016, em todo o SNPG foram formados cerca de 50 mil mestres e 20 mil doutores, um incremento de 4,7 e 6,9 vezes os números de 1996, respectivamente”*. Este crescimento implicou um aumento impressionante da produção intelectual em todas as áreas. Como decorrência, elevou-se de forma substancial a pressão pela publicação gerada nos mestrados apresentados e teses defendidas. Esta demanda, certamente, provocou adaptação dos periódicos para atendê-la, seja na expansão de suas periodicidades, seja na abertura de novas revistas.

Em relação aos periódicos da área de saúde coletiva no Brasil seu crescimento se deu principalmente na década de 1990. Anteriormente existiam apenas dois periódicos destinados a disseminar a produção científica da área: a Revista de Saúde Pública<sup>3</sup> criada em 1967, cujo patrono é a Faculdade de Saúde Pública USP e o Cadernos de Saúde Pública, cujo patrono é a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)<sup>4</sup>. Os demais periódicos foram criados principalmente na década de 1990, como resultado do desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação da área. Os periódicos da área de Saúde Coletiva possuem diferentes trajetórias, porém têm em comum a busca da difusão e divulgação de conhecimentos gerados nas instituições de ensino e pesquisa e aqueles provenientes do interior dos serviços de saúde, por meio uso intensivo de informações que são produzidas por estes.

Para manter os periódicos da área de Saúde Coletiva as principais fontes de financiamento provêm do setor governamental, até porque seu interesse maior foge dos padrões habituais dos programas editoriais do “main stream” de abrangência mundial, os quais envolvem interesses comerciais, como foi assinalado por Meneghini<sup>5</sup> assim transcrito: *“A motivação para produzir periódicos científicos em países emergentes difere daquela de países desenvolvidos. Nestes, a força propulsora é primordialmente comercial, embora o interesse científico esteja necessariamente presente. Estes periódicos almejam publicar resultados científicos em diferentes áreas do conhecimento, com uma grande variedade de abordagens, focando o caráter inovador, o rigor metodológico e a relevância dos resultados. Em países emergentes, a produção de periódicos não tem sentido comercial, prestando-se mais a dar vazão à informação científica gerada e que não escoo facilmente para os periódicos internacionais por razões várias. Ademais, ela é significativamente dependente de recursos públicos”*.

As fontes de financiamento governamentais aos periódicos nacionais, notadamente da Saúde Coletiva, se dão por meio de editais dos MCTI /CNPq (Ministério de Ciência e Tecnologia/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e MEC/CAPES (Ministério de Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior) para apoio à editoração após a seleção de periódicos. Estes editais são operacionalizados por meio do CNPq<sup>6</sup>. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior) do Ministério da Educação tem como principal objetivo a formação de recursos humanos, porém, deve se destacar que em 2007 a CAPES realizou um movimento

para a indexação na base Scopus de vários periódicos nacionais, entre os quais alguns da área de saúde coletiva, trazendo maior visibilidade internacional para a produção científica brasileira. Outra forma de participação da CAPES é o financiamento indireto aos periódicos, por meio dos recursos das taxas de bancada, que são destinados aos programas de pós-graduação, que podem financiar de forma pontual parte dos custos de tradução ou de publicação em revistas estrangeiras ou brasileiras.

Com relação ao financiamento proveniente das FAPs (Fundações de Apoio à Pesquisa Estaduais), verifica-se a presença de duas FAPs da região sudeste, onde estão concentrados os periódicos da área de saúde coletiva. A FAPESP (Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo), além do seu apoio à plataforma SciELO, apoia diretamente os autores de instituições que tiveram seus projetos de pesquisa financiados pela agência, por meio do pagamento dos custos de publicação de artigos. O apoio da FAPERJ (Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio de Janeiro) é mencionado por dois periódicos da área de saúde coletiva (Ciência & Saúde Coletiva<sup>7</sup> e Physis<sup>8</sup>), com atuação semelhante ao CNPq por meio de editais para seleção dos periódicos a serem apoiados<sup>9</sup>. É possível que ocorra a atuação pontual de outras FAPs por meio do pagamento dos custos de publicação, mas não foi possível identificar neste momento.

Com a intenção de descrever a tendência do apoio editorial oferecido pelas agências, tomou-se aqui o CNPq como exemplo a ser analisado. Foram utilizadas informações do período de 2000 a 2018, disponibilizadas no portal do CNPq<sup>10</sup> (Investimentos do CNPq em CT&I: / Painel de Investimentos), e foram acessados os dados por grande linha de atuação e linha de atuação, onde era possível obter as informações dos valores investidos em reais correntes (R\$) e em dólares (US\$). Foram somados os valores investidos em bolsas no país e no exterior obtendo-se o total de investimentos em bolsas. Os dados referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018 apresentavam a discriminação “não se aplica”, que corresponderam respectivamente a US\$ 241.678 em 2016; US\$539.742 em 2017 e US\$ 81.258 em 2018 e estes foram somados ao total de investimentos realizados respectivamente nos anos de 2016, 2017 e 2018. Optou-se por utilizar os valores em US\$ de modo a não ser necessário deflacionar os valores investidos ao longo do tempo. Os dados apresentados na tabela 1 incluem os valores deste item no total de investimentos realizados. Entretanto, essas informações no momento da elaboração deste artigo não estavam mais disponíveis, pois o acesso a estas informações se encontrava em manutenção.

A tabela 1 contempla recursos alocados nas grandes linhas de atuação do CNPq (Bolsa no país, no exterior e fomento à pesquisa. Observa-se que um houve um crescimento real do total de investimentos do CNPq. No entanto, em 2018 o valor total dos investimentos fica próximo àqueles realizados no início do período estudado. O declínio dos investimentos tem início em 2015 e caem acentuadamente a partir de 2016.

Os recursos destinados às bolsas no país e no exterior mostram que o investimento na formação de recursos humanos apresentou um crescimento real no período estudado e este se manteve, mesmo no período em que se inicia o declínio do total de investimentos. Somente em 2018 houve uma queda brusca e os recursos alocados nesta linha de atuação voltaram a se aproximar daquele existente no ano 2000.

Tabela 1. Investimentos segundo grande linha de atuação/bolsa no país, exterior e fomento à pesquisa) CNPq 2000 a 2016

Ano	Bolsas		Total	Fomento à Pesquisa					
	no Exterior	no País		US\$	%	Variação	US\$	%	Variação
	US\$	US\$							
2000	20,713,776	297,841,488	318,555,264	77,1	100	94,839,234	22,9	100	
2001	43,175,842	366,231,167	409,407,009	72,9	123	151,955,527	27,1	160,2	
2002	55,673,509	386,532,917	442,206,426	78,3	129,8	122,784,859	21,7	129,5	
2003	40,275,419	446,317,125	486,592,544	77,6	149,9	140,336,370	22,4	148,0	
2004	37,352,171	528,236,478	565,588,649	71,7	177,4	223,133,816	28,3	235,3	
2005	30,471,047	554,570,330	585,041,377	70,7	186,2	241,974,802	29,3	255,1	
2006	25,284,557	636,197,594	661,482,151	74,4	213,6	227,654,052	25,6	240,0	
2007	31,608,791	674,478,844	706,087,635	59,8	226,5	474,350,669	40,2	500,2	
2008	32,289,964	736,125,679	768,415,643	64,8	247,2	418,196,290	35,2	441,0	
2009	32,778,472	843,894,469	876,672,941	67,4	283,3	424,161,319	32,6	447,2	
2010	25,176,211	970,361,304	995,537,515	62,7	325,8	591,072,373	37,3	623,2	
2011	27,043,919	1,097,091,987	1,124,135,906	76,2	368,3	350,190,218	23,8	369,2	
2012	199,761,100	1,144,532,313	1,344,293,413	74,6	384,3	458,700,303	25,4	483,7	
2013	401,129,415	1,261,414,501	1,662,543,916	76,2	423,5	519,508,532	23,8	547,8	
2014	808,094,705	1,340,610,301	2,148,705,006	77,3	450,1	631,281,466	22,7	665,6	
2015	722,968,909	1,338,435,376	2,061,404,285	86,6	449,4	319,410,279	13,4	336,8	
2016	13,651,065	1,321,336,678	1,334,987,743	99,8	443,6	1,965,930	0,1	2,1	
2017	19,404,715	1,118,926,223	1,138,330,938	99,8	375,7	716,914	0,1	0,8	
2018	43,840,231	352,743,425	396,583,656	90,6	118,4	40,682,638	9,3	42,9	

Fonte: Dados brutos CNPq (Investimentos do CNPq em CT&I)<sup>10</sup>

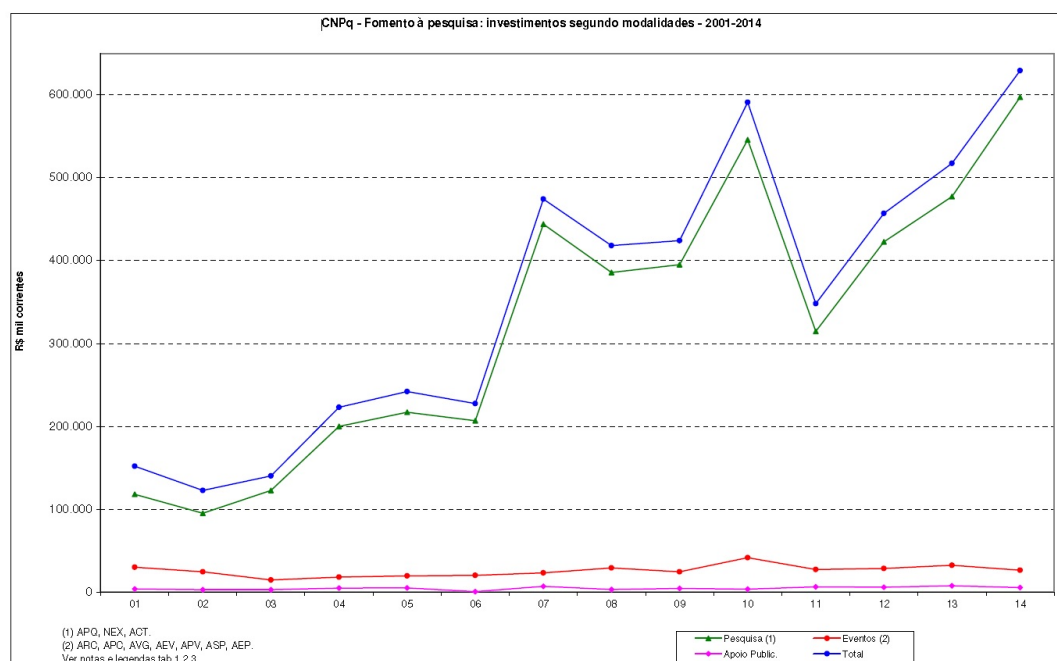
Observa-se que o investimento mais importante realizado pelo CNPq é na formação de recursos humanos, por meio de bolsas no país e exterior. A participação relativa dos recursos alocados no fomento à pesquisa, no qual se insere o apoio à editoração, situou-se em torno dos 23% no período 2000 a 2014. Porém, na medida em que ocorria a queda do investimento total do CNPq, houve uma forte redução da participação relativa do fomento à pesquisa. Estes resultados indicam que o principal investimento do CNPq tem como objetivo o fortalecimento do sistema de pós-graduação brasileiro, onde a maior parcela do seu orçamento se destina a bolsas no país e que os cortes que foram realizados foram mais acentuados no fomento à pesquisa.

As informações sobre os investimentos por área de conhecimento só se encontram disponíveis em reais correntes e até o ano de 2015. A área de saúde coletiva recebeu 1,6% em 2001; 2,8% em 2005; 1,8% em 2010 e 1,6% em 2015 do total dos investimentos realizados<sup>11</sup>. Em 2015 a área de saúde coletiva recebeu R\$ 36.820.510,00 e situava-se no 20º posto do total de recursos disponibilizados pelo CNPq. Os quatro primeiros postos receberam recursos superiores a R\$100.000.000,00. A primeira posição é ocupada pela área de medicina, seguida pela área de agronomia, ciência da computação e química<sup>10</sup>. Contudo, com relação aos investimentos destinados ao fomento a pesquisa, a área de Saúde Coletiva recebeu o montante de R\$ 13.409.072,44 e ocupou o quarto posto, atrás apenas das áreas de agronomia, medicina e química<sup>12</sup>.

O posto mais elevado ocupado pela área de saúde coletiva em relação ao fomento à pesquisa, na comparação com as demais áreas de conhecimento, se deve à maior participação relativa deste tipo de investimento na área. Essa participação corresponde a 36,4%, proporção mais elevada que aquela observada para o conjunto de todas as áreas de conhecimento. Ao longo do período de 2000 a 2018, a proporção para as demais áreas se variou entre 23% e 25%.

A Figura 1 mostra a distribuição dos recursos investidos na grande linha de atuação do CPNq de fomento à pesquisa em valores de reais correntes revelando que há um aumento real dos investimentos nesta grande linha de atuação do CPNq. Porém, este investimento se deu basicamente em projetos de pesquisa ao longo tempo. Houve um relativo declínio em 2011, entretanto estes investimentos foram crescentes até 2014. Os investimentos realizados em apoio à editoração representam a menor parcela dos recursos investidos nesta grande de linha atuação. Não foi possível

obter a informação sobre os investimentos no apoio à editoração por área de conhecimento para identificar o montante investido na área de saúde coletiva.



Fonte: CNPq<sup>13</sup>: Fomento à pesquisa: investimentos em pesquisa segundo modalidades

**Figura 1.** Investimentos realizados da grande linha de atuação segundo apoio à pesquisa, eventos e editoração, 2001 a 2014.

A Tabela 2 mostra a evolução do total de investimento do CNPq e os investimentos em apoio a editoração no período de 2000 a 2015. Como anteriormente mencionado, houve crescimento real do investimento total do CNPq neste período. Verifica-se também que houve um crescimento do número de projetos editoriais aprovados, mostrando que a demanda por este tipo de recurso cresceu ao longo do tempo.

O aumento da demanda praticamente dobrou no período estudado, o que pode ser reflexo do crescimento do número de periódicos no país, acompanhando assim a tendência mundial. Outro fator que pode ter contribuído para o aumento da demanda é a necessidade destes periódicos terem fonte de recursos estáveis, principalmente para os que são indexados na base SciELO, de modo a manter sua periodicidade e aprimorar sua produção editorial.



Observa-se também que os investimentos realizados na linha de apoio à editoração apresentam uma flutuação no período, com queda acentuada de investimentos em 2006. No entanto, houve um forte crescimento em 2007. O maior valor investido durante todo período estudado foi em 2013, porém apenas um pouco superior ao valor de 2007. A partir desse momento, observa-se um declínio deste investimento. No último ano com dados disponíveis, 2015, verifica-se que o valor investido foi somente 25% superior ao do ano 2000. Entretanto, foram aprovados quase o dobro de projetos o que significa que deve ter ocorrido uma queda do valor financiado para cada projeto editorial.

**Tabela 2** - Investimentos em apoio à editoração e total de investimento (US\$), CNPq 2000 a 2015.

Ano	Apoio Editoração				Total Investimentos	
	Projetos	Valor (US\$)	%	Variação	Valor (US\$)	%
2000	108	1,151,280	0,28	100,0	413,394,498	100,0
2001	140	1,556,007	0,28	135,2	561,362,535	135,8
2002	137	952,665	0,17	82,7	564,991,285	136,7
2003	107	1,036,361	0,17	90,0	626,928,914	151,7
2004	244	1,724,530	0,22	149,8	788,722,465	190,8
2005	234	2,254,313	0,27	195,8	827,016,178	200,1
2006	14	291,987	0,03	25,4	889,136,203	215,1
2007	390	3,749,580	0,32	325,7	1,180,438,303	285,5
2008	158	1,493,337	0,13	129,7	1,186,611,933	287,0
2009	186	2,197,047	0,17	190,8	1,300,834,260	314,7
2010	135	1,991,446	0,13	173,0	1,586,609,888	383,8
2011	254	3,755,676	0,25	326,2	1,474,326,124	356,6
2012	251	3,259,000	0,18	283,1	1,802,993,716	436,1
2013	232	3,660,831	0,17	318,0	2,182,052,448	527,8
2014	187	2,260,109	0,08	196,3	2,779,986,472	672,5
2015	209	1,430,184	0,06	124,2	2,380,814,564	575,9

Fonte: Dados brutos Painel de investimentos CNPq<sup>10</sup>

Verifica-se também que a parcela destinada ao apoio a editoração foi extremamente pequena em relação ao total de investimentos realizados pelo CNPq,

variando de 0,32% em 2007 a 0,06% em 2015, quando se inicia o declínio dos investimentos realizados. Considerando que houve no período um crescimento de projetos aprovados, é necessário ter havido uma redução do volume de recursos destinados a cada periódico.

Dos nove periódicos da área de saúde coletiva indexados no SciELO, seis foram criados nos anos 1990. Com o crescimento das atividades de pós-graduação e pesquisa na área, era necessário contar com novos periódicos para disseminar o conhecimento produzido. O aumento da produção de conhecimento levou também ao surgimento de publicações que se destinavam a disseminar a produção de subáreas da saúde coletiva, que anteriormente eram divulgados nos periódicos de saúde pública. Assim, foram criadas revistas aplicadas ao conhecimento da área de epidemiologia e das subáreas de ciências sociais em saúde, política e planejamento em saúde.

Duas publicações têm como patrono a associação científica da área, a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), que são a Revista Brasileira de Epidemiologia<sup>14</sup> e Ciência & Saúde Coletiva<sup>7</sup>. A Saúde em Debate do Centro Brasileiro de Saúde<sup>15</sup> (CEBES) nasceu como um boletim destinado à discussão das políticas de saúde e teve grande importância no debate das ideias para a construção do SUS. Hoje é uma publicação da instituição de ensino e pesquisa a FIOCRUZ.

Outra publicação que teve origem distinta é Epidemiologia e Serviços de Saúde<sup>16</sup>, criada em 1992. Tem como patrono a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, após a constituição do Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI) que tinha como denominação inicial de Informe Epidemiológico do SUS (IESUS), à semelhança da publicação *Morbidity and Mortality Weekly Report* do Centers for Disease Control and Prevention dos EUA.

Os outros quatro periódicos têm em comum os seus patronos pertencerem a instituições de ensino e pesquisa, como a Revista de Saúde Pública<sup>3</sup>, a mais antiga, sediada na Faculdade de Saúde Pública USP, o Cadernos de Saúde<sup>4</sup> Pública que é patrocinado pela FIOCRUZ, a Interface que tem como patrono a UNESP, a UERJ patrocina a Physis<sup>8</sup>. A FIOCRUZ desempenha papel importante na sustentabilidade dos periódicos que patrocina (Cadernos de Saúde Pública e Saúde em Debate) e também é um co-patrocinadora da Ciência & Saúde Coletiva, juntamente com a ABRASCO. A USP por meio do seu Programa de Apoio às Publicações Científicas e Periódicas da USP participa do financiamento da Revista de Saúde Pública e da Saúde e Sociedade<sup>17</sup>.

Vale notar ainda que a participação das instituições de ensino e pesquisa também está de alguma forma presente nas duas publicações que tem como patrono a sociedade científica da área (ABRASCO) a *Ciência & Saúde Coletiva* que tem entre seus patronos a FIOCRUZ e a *Revista Brasileira de Epidemiologia* que está sediada na Faculdade de Saúde Pública USP, contribuindo desta forma para sua sustentabilidade. Já a *Saúde e Sociedade* tem uma origem distinta nasce de iniciativa conjunta da Faculdade de Saúde Pública da USP e da Associação Paulista de Saúde Pública.

Ao longo do período analisado, observa-se também uma mudança na forma de veiculação de grande parte dos periódicos da área de saúde coletiva, acompanhando as mudanças tecnológicas. Muitos deles disponibilizam seus artigos apenas por meio eletrônico, o que em certa medida reduz os seus custos de produção. *Revista de Saúde Pública*, *Revista Brasileira de Epidemiologia* e a *Epidemiologia e Serviços de Saúde* se tornaram bilíngues (português / inglês), de modo a atingir maior visibilidade internacional por meio da língua inglesa, mas mantiveram também sua versão em português, com objetivo de manter o diálogo com os serviços de saúde, o que vem acarretando aumento dos custos de produção editorial, praticamente dobrando seu custo editorial.

Os valores recebidos pelo financiamento direto por periódico do CNPq se mostram insuficientes para cobrir os custos de produção editorial. Os valores recebidos por meio deste financiamento direto cobrem em torno de 10% dos custos editoriais. Assim, de diferentes formas, as instituições que patrocinam os periódicos cobrem parte dos custos restantes, seja por meio do pagamento do serviço de secretaria dos periódicos, pagamento da infraestrutura de informática, seja como sede dos periódicos. Outra forma de obtenção de recursos empregada pelos periódicos é a publicação de números especiais ou suplementos para a disseminação de artigos de uma grande pesquisa nacional.

Tradicionalmente, os periódicos da área de saúde coletiva não cobram taxas de processamento de artigos ou sua denominação na língua inglesa APC (*Article Processing Charges – APCs*), como mecanismo de financiamento dos custos de processo de editoração. Esta foi uma das formas encontradas para disseminação do conhecimento produzido no país, para enfrentar a competição com os periódicos internacionais de alto impacto que cobram taxas de processamento dos artigos. Cabe mencionar ainda mencionar o incentivo das políticas de avaliação das pesquisas no

país que privilegiam a publicação em periódicos de maior impacto dos países desenvolvidos<sup>18</sup>. Dois periódicos da área (Revista de Saúde Pública e Interface) têm adotado com estratégia o APC como forma de contornar os valores decrescentes e evitar a instabilidade dos recursos advindos do financiamento direto aos periódicos.

## Referencias

1. Meneghini R. O projeto Scielo (Scientific Electronic Library on Line) e a visibilidade da literatura científica "Periférica". Química Nova 2003;26(2):155-6.
2. Novaes HMD, Werneck GL, Cesse EAP, Goldbaum M, Minayo MCS. Pós-Graduação senso estrito em Saúde Coletiva e o Sistema Único de Saúde. Ciênc. saúde coletiva 2018;23(6):2017-25.
3. SciELO –Revista de Saúde Publica:  
<https://www.scielosp.org/journal/rsp/about/#about> acessado em 24/08/2018
4. SciELO – Cadernos de Saúde Pública:  
<https://www.scielosp.org/journal/csp/about/#about> acessado em 24/08/2018
5. Meneghini R. Publicação de periódicos nacionais de ciência em países emergentes. Educação em Revista 2012;28(2):435-42.
6. <http://www.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas>
7. SciELO- Ciencia e Saúde Coletiva -  
<https://www.scielosp.org/journal/csc/about/#about> acessado em 24/08/2018
8. SciELO- Physis <https://www.scielosp.org/journal/physics/about/#about> acessado em 24/08/2018 – Informação pessoal editores Ciencia & Saúde Coletiva e Physis
9. <http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmtmenu.jsp?op=4>
10. CNPq - <http://www.cnpq.br/painel-de-investimentos> . Acesso em 13/08/2018
11. CNPq - CNPq Investimentos em CT&I: Tabela 1.4.1- Ranking das áreas com base no total dos investimentos - Investimentos realizados em bolsas e no fomento à pesquisa segundo áreas do conhecimento. Disponível em:  
<http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas/>. Acesso em 05/09/2018
12. CNPq- Investimentos do CNPq em CT&I. Series históricas. Tabela 1.4.4. Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo áreas do conhecimento. (Ranking das áreas com base nos investimentos no Fomento à Pesquisa)  
<http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas/> acesso em 05/09/2018
13. <http://memoria.cnpq.br/documents/10157/9765661d-3b75-4d51-ac72-15bbf6f7ee15>

14. SciELO –Revista Brasileira de Epidemiologia.  
<https://www.scielosp.org/journal/rbepid/about/#about> Acesso em 13/08/2018
15. SciELO- Saúde em Debate . <https://www.scielosp.org/journal/sdeb/about/#about>.  
Acesso em 13/08/2018
16. SciELO Epidemiologia e Serviços de Saúde.  
<https://www.scielosp.org/journal/ress/about/#about>. Acesso em 13/08/2018
17. SciELO- Saúde e Sociedade  
<https://www.scielosp.org/journal/sausoc/about/#about>. Acesso em 13/08/2018
18. Packer AL, Meneghini R. A vez dos periódicos de qualidade do Brasil [online].  
SciELO em Perspectiva, 2017 [viewed 04 September 2018]. Available from:  
<https://blog.scielo.org/blog/2017/11/08/a-vez-dos-periodicos-de-qualidade-do-brasil/>

**Correspondência:** Márcia Furquim de Almeida

Departamento de Epidemiologia – FSP/USP Av. Dr. Arnaldo, 715 – CEP: 01246-904.

São Paulo, SP, Brasil. E-mail: marfural@usp.br